

Sobre a Apreensão das Especificidades Históricas do Capitalismo - em Marx

RÔMULO SOARES POLARI(*)

Resumo — Este artigo discute o método de Marx, empregado na elaboração do seu conhecimento científico e filosófico sobre o capitalismo.

Inicialmente, analisa a metodologia e o sistema teórico da economia política clássica. Procura demonstrar as suas limitações, com base em Marx, sem deixar de considerar os interessantes resultados que alcançou, na explicação da produção capitalista.

Depois, analisa os fundamentos metodológicos do marxismo e o debate crítico a seu respeito, concluindo com uma crítica pessoal sobre as idéias de Marx, em função do seu método.

Abstract — This paper discusses the Marx's method in the search of scientific and philosophical knowledge on capitalism. Firstly, it deals with method and theoretical systems of classical political economy. It attempts to explain both the limita-

tions and the important results achieved on the capitalistic productive process. Then, it analyses Marx's methodological foundations and the controversies derived from it. Finally, it shows a personal criticism view about Marx's ideas according to his dialectical method.

Introdução

Este trabalho analisa o método utilizado por Marx, na apreensão do modo de produção capitalista, na perspectiva histórica de sua existência. Através do entendimento dos aspectos essenciais desse método e do debate a seu respeito, pretende avaliar as possíveis limitações que impõe às idéias de Marx, enquanto um saber que se apresenta simultaneamente científico e filosófico.

(*) Este artigo é parte do Relatório da pesquisa *Teoria Marxista do Valor e do Capital — Uma Análise Crítica*, desenvolvida com apoio do PNPE/IPEA. Nesta versão, contém modificações que foram introduzidas com base em críticas e sugestões recebidas de dois membros do Conselho Editorial da REE, aos quais o autor agradece.

O autor é professor adjunto do departamento de Economia da UFPB/João Pessoa.

Inicialmente, aborda a concepção metodológica da economia política, não somente procurando explicar as suas insuficiências mas, também, visando realçar os aspectos relevantes dos seus conhecimentos científicos. O próprio Marx, embora julgando-os incompletos, deixou claro haver sido um grande beneficiário deles na elaboração do seu sistema teórico voltado à compreensão do capitalismo.

Depois, faz uma primeira discussão sobre os fundamentos metodológicos do marxismo. Através de um quadro geral, aprecia o seu conteúdo inspirado nos princípios e leis do materialismo dialético, bem como o seu procedimento abstrato-concreto na criação dos conhecimentos científicos do materialismo histórico. Valendo-se da análise de Marx sobre a mercadoria, procura verificar a aplicação do seu método na explicação das especificidades históricas do capitalismo.

No seu último item, discute criticamente importantes questionamentos sobre o marxismo em função do seu conteúdo metodológico. Analisa posições tanto de pensadores, para quem o marxismo é essencialmente uma ciência, como de outros que o defendem como sendo apenas uma filosofia orientadora de uma prática de vida social libertadora do homem, indo até Lúcio Colletti, na sua clara fundamentação quanto à incompatibilidade entre ciência e dialética.

Em todo o texto, o seu conteúdo devido aos pensadores estudados é inevitavelmente marcado pelas nossas concepções a respeito de suas obras; no final, apresenta o nosso posicionamento crítico sobre o método de Marx e suas implicações ao conteúdo científico-filosófico de suas idéias.

1. Problemas Metodológicos da Economia Política — Visão com Base em Marx

A tentativa de explicação da existência do homem vivendo e produzindo as suas

condições de vida nas sociedades capitalistas, segundo um já bem elaborado sistema teórico global de análise, foi um feito pioneiro dos fisiocratas na segunda metade do século 18. Ainda nesse mesmo século e na primeira metade do seguinte, melhores resultados foram alcançados, nesse sentido, com os desenvolvimentos conseguidos pelos economistas clássicos ingleses.

Nesse alvorecer do moderno pensamento econômico, pelo menos dois dos seus aspectos principais são imediatamente destacados: a) o caráter anistórico e não dialético do seu método e b) o elevado nível de adesão do seu saber teórico, em relação ao modo de ser das relações de produção capitalistas⁽¹⁾.

Não se quer com isto dizer que os economistas, que nessa fase alicerçavam as bases da ciência econômica, fossem coniventes com a ideologia burguesa dominante e, portanto, destituídos de um maior *élan* científico. Pelo contrário, em face do estágio em que se encontravam as ciências sociais, e o próprio estágio de desenvolvimento do capitalismo, foram destacadamente importantes os resultados alcançados pela economia política na explicação científica desse processo social de produção. Não é por acaso que Quesnay, Smith e Ricardo ainda hoje são igualmente bem referidos pelo que produziram cientificamente, tanto pelo pensamento econômico de orientação marxista como pelo não-marxista, em seus diversos segmentos.

(1) Marx, em que pese as suas severas restrições à ciência econômica de sua época, deixou claro a sua atribuição de um *status* superior à economia política clássica, "[...] economia científica, aquela que desde W. Petty investiga os nexos causais das condições burguesas de produção [...], contrariamente à [...] economia vulgar [...] que se preocupa em [...] oferecer uma explicação plausível para os fenômenos mais salientes, que sirva ao uso diário da burguesia [...]" (MARX. *O Capital*. Livro I, Vol. I, p. 90).

O próprio Marx concordava que a realidade sócio-econômica, tal como se apresentou aos fisiocratas e, sobretudo, aos economistas clássicos ingleses, induzia a falsas concepções a seu respeito. Não teria sido tarefa fácil aos pensadores da época descobrir que só na aparência as atitudes do indivíduo, orientadas à produção de mercadorias, independiam de qualquer posição das condições sociais de produção. Como bem observava Marx, em épocas anteriores, nas ações dos indivíduos, voltadas à produção das condições de suas vidas, era patente a dependência de cada um em relação ao grupo social maior a que pertencia. Assim havia ocorrido na família, na tribo, nas comunidades nascidas do choque e fusão de tribos e, logicamente, nas demais formações sociais pré-mercantis. Contrariamente, na sociedade mercantil, que na sua forma capitalista reflete um complexo processo de inter-relações sociais generalizadas entre as pessoas no fazer suas condições de existência, a vinculação do indivíduo é obscurecida porque, aí, essa dependência social “

“... aparece como simples meio para o indivíduo alcançar os seus fins particulares, como uma necessidade exterior” (MARX. O Método na Economia Política, 1974, p. 12).

Mas, como resultado legado à posteridade, o que se conclui ao analisar a evolução do pensamento econômico é que não há como descartar as limitações da economia política clássica. Por exemplo, não se pode negar que ela procedeu a uma apreensão acrítica da realidade sócio-econômica do capitalismo como também que concebeu a forma de organização social sobre a qual se desenvolve a produção para a troca, analisando-a apenas na sua aparência, desligada das suas determinações históricas, chegando até a exaltá-la como expressão irrepreensível da racionalidade do homem agindo individualmente. Nesse mesmo nível de insuficiência, enquadra-se a sua dedução de que esse comportamento sócio-econômico

racional seria uma indiscutível manifestação da naturalidade humana na busca dos melhores benefícios econômicos individuais. Foi à base desses elementos que a economia política, sobretudo através de Adam Smith, defendeu a idéia de que a produção mercantil, mesmo na sua versão capitalista, deveria ter plena acatamento social, uma vez pautar-se pelos mais elevados princípios da virtude humana, sobretudo no campo econômico. Bastava ver que nela o interesse individual se confundia com o da sociedade em seu todo.

É ponto pacífico no âmbito das ciências sociais, e não apenas entre os economistas, que a economia política conseguiu avançar bastante no entendimento da sociedade mercantil capitalista. Organizou de forma sistemática aspectos essenciais do processo de produção nessa sociedade, tais como: divisão social do trabalho, troca, valor-trabalho, preço, dinheiro e capital. Esse conhecimento, se metodologicamente bem concebido e utilizado, teria conduzido à apreensão do modo historicamente específico como aí se estabeleceram os vínculos do indivíduo com o organismo social no qual se integra e, o mais importante, do capital como uma relação social que a isto comanda. No entanto, essa nova ciência, em face de suas concepções anistórica e acrítica do capitalismo, que a levou a supor a racionalidade natural do homem ao agir como produtor de suas condições de vida, limitou de saída o alcance de suas conclusões. As leis econômicas que sobre tais bases elaborou, não podiam deixar de portar o vício genético de serem atemporais e caracterizadoras da produção burguesa como eterna. Portanto, bastante distanciadas de uma competente explicação das razões de ser das relações de produção capitalistas. Por isso dizia Marx:

“Os economistas nos explicam como se produz nestas relações dadas, mas não nos explicam como se produzem estas relações, isto é, o movimento histórico que as engendra” (MARX. Miséria da Filosofia, 1982, p. 102).

Não se pode desconhecer essas limitações da economia política e menos ainda os seus méritos. Atualmente é do mais amplo reconhecimento que foi a superior qualidade científica, para o seu tempo, dos trabalhos da fisiocracia e da economia política clássica inglesa, a grande responsável pelo assentamento das promissoras bases teóricas do que hoje se conhece como ciência econômica.

O próprio Marx reconheceu as valiosas contribuições científicas da fisiocracia (MARX. *Teorias da Mais-Valia*. 1980, Vol. I, cap. 2, p. 19-46). Para ele, Quesnay, um dos mais ilustres fisiocratas, elaborou toda uma sistematização teórica do processo de produção capitalista através do seu famoso *Quadro Econômico dos Fisiocratas*. As suas conclusões a partir da análise desse "Quadro" sobre as fontes geradoras da riqueza, o capital produtivo e sua circulação e reprodução, o excedente econômico, as classes/componentes da população e suas participações na riqueza gerada constituem criações teóricas que ultrapassam, em muito, as concepções econômicas mercantilistas predominantes na sua época⁽²⁾

Embora fizesse a apologia da livre concorrência, Quesnay não deixou de propor, também, a regulação de alguns aspectos da vida econômica pelo Governo como indispensável aos melhores resultados produtivos e ao bem-estar social geral. Curiosamente, mesmo convencido de que a organização da produção na forma capitalista deveria estender-se a todas as atividades agrícolas, pois só assim poder-se-ia maximizar o excedente econômico global que só essas atividades tinham a primazia de gerar, achava que tal excedente deveria ser apropriado pelos proprietários das terras, negando a possibilidade de obtenção de lucro pelos empreendedores capitalistas.

(2) Análises mais aprofundadas sobre as teorizações de Quesnay encontram-se em KUNTZ, 1982; SCHUMPETER, 1964 e NAPOLEONI, s.d., p. 22-39.

Essa contradição da fisiocracia é vista por Marx como uma interpretação aparente da reprodução burguesa do sistema feudal e do comando da propriedade fundiária sobre o desenvolvimento do processo de produção. O proprietário da terra estaria sendo aí visto como o verdadeiro capitalista e o feudalismo reproduzido e elucidado segundo a imagem da produção burguesa. Tal concepção teórica aparente teria decorrido do fato de a fisiocracia ter se originado na França, predominantemente agrícola, e não na Inglaterra, onde a supremacia era da indústria, do comércio e da atividade marítima⁽³⁾.

Adam Smith, não obstante ser justamente bem referido como um dos economistas que mais contribuíram na explicação teórica do processo de produção nas economias capitalistas, foi um grande beneficiário da fisiocracia⁽⁴⁾. Desenvolveu a concepção de que a riqueza produzida e, logicamente, o excedente econômico, têm suas origens na esfera da produção, sendo a sua fonte geradora e responsável pelo seu crescimento no tempo o trabalho e sua produtividade, e não a terra e a sua fertilidade⁽⁵⁾.

Em que pesem algumas de suas imperfeições, foram notáveis os resultados alcançados por Smith, nas suas seguintes

(3) Marx, referindo-se a essa contradição, diz: "Daí ser uma das conseqüências do pensamento fisiocrático transmutar-se seu próprio panegírico ostensivo da propriedade fundiária na negação econômica dela e na afirmação da produção capitalista" (MARX. *Teorias da Mais-Valia*, Op. cit., p. 27).

(4) *Idem, Ibidem*, p. 48-40, estudando os trabalhos do economista escocês, chega a dizer: "A. Smith está muito contaminado pelas idéias fisiocráticas, e freqüentes vezes através de sua obra encontram-se extratos inteiros pertencentes aos fisiocratas e que de todo contrariam as teses por ele pessoalmente formuladas".

(5) Essa é uma das grandes proposições contidas em SMITH, 1983.

contribuições: a) uma teoria do valor, que não se limita apenas a acatar os preços vigentes no mercado para expressar os valores monetários do produto, do excedente econômico e das diversas formas de rendimento, mas que se fundamenta no trabalho como a fonte objetiva geradora do valor e determinante dos preços naturais das mercadorias⁽⁶⁾; b) uma teoria da distribuição da renda, onde procura apreender não apenas os salários e a renda da terra, mas também o lucro; c) um esboço de teoria das ações do capital produtivo, expandindo a capacidade de produção da sociedade, pelas inversões em máquinas, equipamentos, instalações etc, que ao desenvolverem a divisão e a especialização do trabalho, elevariam a sua produtividade e d) com base na sua concepção do capital, algumas considerações teóricas sobre a tendência à queda da taxa de lucro no bojo do processo de acumulação.

Diferentemente dos fisiocratas, Smith teve como objeto de investigação o processo capitalista de produção da Inglaterra que, embora em fase historicamente nascente em meados do século 18, como o da França de igual época analisado por aqueles pensadores, já era bem mais complexo. Ali, os capitais industrial e mercantil efetivamente já exerciam um maior comando do processo produtivo global. Nessa economia, já praticamente desfeudalizada, inevitavelmente a concepção smithiana da eficiência do capitalismo só tenderia mesmo a não se fundamentar naquelas causas e origens da riqueza, bastante favoráveis à classe proprietária das terras, teorizadas por Quesnay.

Convencido de que a divisão, a especialização, a qualificação e a eficiência produtiva do trabalho evoluíam num contexto sócio-econômico capitalista de livre concorrência, de modo a harmonizar os

interesses privados das pessoas agindo individualmente com os seus interesses coletivos, Smith defendeu ardorosamente o liberalismo econômico. Suas teorizações sobre as receitas e despesas públicas propunham a limitação da atuação do Estado ao que hoje se chama de suas funções clássicas, não intervencionistas nem reguladoras das atividades econômicas⁽⁷⁾

David Ricardo foi o economista clássico que mais avançou na elaboração de um competente sistema de análise do processo de produção capitalista⁽⁸⁾. Para esse seu sucesso, muito contribuiu o já considerável acúmulo de conhecimentos teóricos desenvolvidos pela fisiocracia e, particularmente, por Adam Smith, além do fato de ter tido como objeto de investigação um capitalismo já bem mais desenvolvido e com significativo peso no capital industrial como o da Inglaterra das primeiras décadas do século 19.

Ricardo era convicto quanto à qualidade absolutamente superior do capitalismo como forma de organização do processo social de produção. Para ele, esse sistema destacava-se tanto pela eficiência na geração de riqueza, como pela ilimitada capacidade de expansão e desenvolvimento, à base da evolução das forças produtivas. Difícil é concluir, categoricamente, se tais afirmações eram justificadas pelas suas interessantes criações científicas ou se decorriam de uma concepção *a priori*, ensejada pela experiência capitalista industrial inglesa por ele vivenciada⁽⁹⁾.

No "Prefácio Original" de sua obra maior, Ricardo afirma que o objetivo da

(6) São inúmeros os trabalhos voltados à interpretação da obra de Smith no campo da economia política. Ver os contidos em MARX. *Teorias da Mais-Valia*. Op. cit.; NAPOLEONI, s.d. e DOBB, 1977.

(7) As posições de Smith sobre as finanças do Governo encontram-se em SMITH, 1983, Livro Quinto.

(8) Análises mais completas sobre o pensamento econômico de Ricardo encontram-se em MARX. *Teorias da Mais-Valia*, 1983, vol. II; PASINETTI, 1979, cap. I; NAPOLEONI, s.d., cap. III e DOBB, 1977 Caps. 3 e 4.

(9) Marx assim reporta-se ao assunto: "Com ...

economia política é a determinação das leis que regem a distribuição do produto gerado, como renda fundiária aos proprietários da terra, lucro aos donos do capital e salários aos trabalhadores.

"O principal problema da economia política consiste em determinar as leis que regem esta distribuição; e embora esta ciência tenha feito grandes avanços com os escritos de Turgot, Stúart, Smith, Say, Sismondi e outros, eles proporcionam muito poucos dados satisfatórios sobre a evolução natural da renda, lucros e salários" (RICARDO, 1978, p. 25).

Essa sua posição parece suportar a idéia de que a sua convicção, quanto à capacidade do capitalismo de desenvolver a produção de riqueza, fora adquirida em seus estudos voltados à elaboração do seu "Ensaio" de 1815⁽¹⁰⁾, e dos seus *Princípios*, de 1817.

Para Ricardo, seria próprio da lógica do funcionamento da produção capitalista acionar o desenvolvimento das forças produtivas e, ao mesmo tempo, dele nutrir-se. O processo sócio-econômico sempre gerava as condições de plena suficiência de

razão para o seu tempo, Ricardo considera o modo capitalista de produção o mais vantajoso para a produção em geral, o mais vantajoso para a geração de riqueza. Quer a **produção pela produção**, e está certo. Querer sustentar, como o fizeram os adversários sentimentais de Ricardo, que a produção como tal não é o objetivo, é esquecer que a produção pela produção significa apenas desenvolvimento das forças produtivas humanas, ou seja, **desenvolvimento da riqueza da natureza humana como fim em si**" (MARX, *Teorias da Mais-Valia*. 1983, Vol. II, p. 549).

(10) Refere-se à obra: RICARDO, D. "Ensaio Acerca da Influência do Baixo Preço do Cereal sobre os Lucros do Capital" In: NAPOLEONI, s.d., p. 195-225.

demanda, pois admitia a validade da lei de Say. Desse modo concebida, a realidade capitalista era auto-explicativa da sua flagrante eficiência produtiva. Isso posto, não fica difícil entender as razões do seu privilégio ao estudo das leis explicativas da distribuição da renda. O importante seria apreender os determinantes naturais e técnico-econômicos da taxa de lucro e os possíveis acontecimentos de ordem social e política que poderiam ser adversos a essa grandeza econômica.

Embora concordando com a afirmação de que a produção capitalista possuía as auto-condições da eficiência produtiva, Ricardo atribuiu uma grande importância ao fato de ela ter como móvel essencial de funcionamento a taxa de lucro. Esse entendimento o levou à conclusão de que a análise conseqüente do desenvolvimento dessa produção se confundiria com o estudo do espectro de elementos integrantes do processo de vida sócio-econômica, capaz de influir na proporção devida ao lucro, no produto gerado com o uso da terra, do trabalho e do capital.

Foi seguramente um considerável feito de Ricardo a reelaboração da teoria do valor, com base no princípio do trabalho contido, iniciada por Smith. Encontrou bons argumentos justificadores de sua validade no contexto da produção capitalista, e não apenas numa economia mercantil simples⁽¹¹⁾.

Mesmo não tendo compreendido de modo pleno o trabalho humano gerador

(11) Smith, ao desenvolver as suas idéias sobre o *labour commanded* como determinante do valor de troca de uma mercadoria numa economia capitalista, parece supor haver negado o princípio do trabalho contido como determinante da grandeza do valor. Isto seria válido apenas na fase histórica das sociedades mercantis anteriores ao capitalismo, onde o trabalhador se apropriava integralmente dos frutos do seu trabalho. Ver SMITH, 1983, Caps. V, VI e VII.

do valor, como mais tarde veio a ser feito por Marx⁽¹²⁾. avançou na explicação do valor, definido pelo tempo de trabalho direto e indireto empregado na produção de uma determinada mercadoria. Fez, no entanto, uma certa confusão, quando não chegando sequer a apreender a magnitude do valor pelo tempo de trabalho socialmente necessário, preconcebida que os valores deveriam ser iguais aos preços. O seu próprio sistema teórico concluía que isto não era necessariamente verdade, desde que prevalecesse uma taxa de lucro concorrencial única nos mercados. Daí a sua autocrítica de que a sua teoria não havia encontrado no trabalho uma unidade perfeita de medição do valor⁽¹³⁾.

É, no entanto, fundamentada por uma complexa concepção teórica a explicação oferecida por Ricardo para a taxa de lucro, à base da sua teoria do valor. Defende a proposição de que ao expandir-se o processo global da produção capitalista, a pressão da demanda por bens alimentares agrícolas forçaria o cultivo de terras menos férteis, com rendimentos decrescentes de produção. Sendo os preços desses bens determinados pelos requisitos de tempo de trabalho verificados nessas terras, eles se elevariam. Assim, seriam beneficiados com ganhos de renda fundiária os proprietários das terras de fertilidades superiores àquelas, trazendo com isto a queda da taxa de lucro do setor agrícola. A partir daí, a concorrência dos capitais intra e inter-setores produtivos faria essa taxa de lucro menor prevalecer para toda a economia.

(12) A discussão a respeito dessa concepção marxista do trabalho humano é feita em POLARI, caps. 4 e 5 (no prelo).

(13) Como se sabe, Marx, no Livro III de *O Capital*, analisa e procura justificar que, no capitalismo, é estabelecida uma diferença entre valor de troca e preço de produção. Nos seus estudos sobre a teoria do valor de Ricardo afirma que ele, além de "incompreender" a forma valor, confundiu preço de custo com valor. Ver MARX, *Teorias da Mais-Valia*, 1983, Vol. II, p. 593-646.

"A tendência natural dos lucros é pois para descer, visto que, com o desenvolvimento da sociedade e da riqueza, a quantidade adicional de produtos alimentares necessários exige cada vez mais trabalho. Esta tendência dos lucros, esta sua espécie de submissão às leis da gravidade é felizmente contrariada com frequência pelos aperfeiçoamentos nas máquinas utilizadas na produção dos bens de primeira necessidade, assim como pelos melhoramentos nos processos agrícolas, os quais permitem dispensar uma parte do trabalho antes necessário, e, portanto, baixar o preço dos bens de primeira necessidade para os trabalhadores" (RICARDO, 1978, p. 133).

Essa lei ricardiana, supostamente rege-dora das participações percentuais da renda fundiária e do lucro no produto, sintetizaria um claro conflito de interesses econômicos entre as classes dos proprietários de terras e dos capitalistas. Concebia que no processo sócio-econômico real, em boa parte, essa queda da taxa de lucro decorria da elevação dos salários pressionada pelo aumento dos preços dos bens alimentares agrícolas. Mas, como os salários tendiam a se manter no nível de subsistência, a verdadeira luta distributiva, que podia atrapalhar uma melhor *performance* da taxa de lucro, relacionava-se com o aumento da renda fundiária.

Segundo essa teoria, se um país pode importar bens-alimentos dos trabalhadores a preços menores do que os produzidos internamente seria duplamente benéfico à taxa de lucro. Primeiro, porque evitaria a elevação dos salários de subsistência e, depois, porque frearia os privilégios de obtenção de renda dos proprietários das terras mais férteis, com a não (ou menor) expansão do uso interno de terra na produção agrícola. Para Ricardo, a crescente participação da renda fundiária no produto, verificada na Inglaterra, das últimas décadas do século 18 às primeiras décadas do século 19, ao tornar decrescente a taxa

de lucro, havia impossibilitado uma maior expansão do capitalismo industrial inglês. Com essa argumentação e valendo-se do seu suporte científico, contribuiu na luta política voltada à eliminação da legislação antiliberal inglesa que, para ele, favorecia os interesses dos proprietários rurais, prejudicando o desenvolvimento do capitalismo naquele país⁽¹⁴⁾.

Nenhum conflito distributivo entre o capital e o trabalho fora objeto de afirmação de Ricardo. Reconhecia, porém, que a opção dos capitalistas por processos produtivos mais densos de máquinas e equipamentos, embora não prejudicando a taxa de lucro, poderia fazer declinar o nível de emprego dos trabalhadores (RICARDO, 1978, p. 449-62). Mesmo assim, parece negar essa possibilidade, ao concordar com a inexistência de desemprego no capitalismo decorrente de crises de superprodução (RICARDO, 1978, p. 333-45).

Em conclusão, não se pode deixar de concordar que, ao se criticar o conteúdo metodológico-científico da economia política, aquilo que dele, com base em Marx, pode-se dizer insuficiente, só é melhor avaliado à luz de suas condições históricas determinantes, que foram bastante especiais. A Europa Ocidental que, da segunda metade do século 18 às primeiras décadas do 19 lhe serviu de berço, passava por revolucionárias transformações sociais, econômicas e políticas. Consolidava-se o capi-

talismo comercial e industrial e desapareciam os resquícios do feudalismo. Ali o capital começava efetivamente a assumir o comando da vida econômica dos povos. A sociedade tornava-se cada vez mais uma complexa malha de interdependência entre as pessoas na produção de suas condições de vida.

A economia política clássica teve, portanto, sob sua responsabilidade uma difícil tarefa. Não dispondo a humanidade de um acervo cultural com maiores explicações científicas sobre a realidade capitalista, pois que encontrava-se na sua fase nascente, coube a essa nova ciência suprir essa lacuna. Por isso, tanto o seu método como o seu conhecimento científico sobre o capitalismo foram elaborados quando este ainda não havia nem mesmo se desenvolvido o suficiente, a ponto de se revelar na plenitude de todo o seu conteúdo essencial. Nesse contexto, a força da revolucionária ideologia capitalista parece haver encontrado um campo favorável para impor-se até mesmo aos mais sérios cientistas como a expressão máxima da racionalidade humana⁽¹⁵⁾.

Constitui, no mínimo, uma conclusão apressada a de que pesquisadores do quilate de Quesnay, Smith e Ricardo houvessem sido elaboradores de pseudos conhecimentos econômico-científicos, apenas apologeticos e a serviço da ideologia burguesa.

(14) Marx demonstrou os equívocos fundamentais nessa formulação de Ricardo. Primeiro, a inexistência dessa lei da tendência à queda da taxa de lucro em função do citado conflito entre as classes proprietárias das terras e capitalistas e, depois, a impropriedade de se teorizar sobre a taxa geral de lucro com base apenas na taxa de lucro industrial. Ver MARX, *O Capital*, s.d., Livro III, Vol. 4, Cap. XV, p. 277-88. Além dessa deficiência lógico-teórica, o período histórico analisado por Ricardo não autorizava qualquer afirmação sobre a queda da taxa de lucro, mesmo a industrial. Cf. MARX, *Teorias da Mais-Valia*, 1983. Vol. II. p. 894-905.

(15) Influências como essas justificam o teor ideológico da economia política pelo contexto histórico no qual se insere. Mas não negam que, por conta delas, pensadores do nível de Smith e Ricardo deixaram de expor à crítica da sociedade, através de sua investigação científica, as consequências da imposição da ideologia capitalista. Uma interessante discussão sobre o conteúdo ideológico nas ciências sociais encontra-se em ROBINSON, J. *Ciência e Moralidade*. In: *Liberdade e Necessidade*. São Paulo, Abril Cultural, 1980 (Publicado em SRAFFA/ROBINSON, Coleção Os Pensadores).

Em síntese, o que se pode afirmar é que as chances de progresso metodológico e científico da economia política clássica tiveram sérias limitações impostas pelas determinações da vida social do seu tempo histórico. Isto nos mais variados aspectos, que vão desde o estágio de desenvolvimento do processo de produção capitalista, ao domínio do saber das ciências sociais, às concepções filosóficas etc.

Na sua crítica à economia política, Marx dedicou considerável análise às suas insuficiências metodológicas. A concepção acrítica e anistórica dessa ciência a respeito da produção social, "presa às representações capitalistas" teria prejudicado a apreensão das interligações orgânicas entre produção, distribuição, troca e consumo. Além de não haver alcançado toda a extensão das leis causais entre estes, nada havia explicado sobre as leis das transformações no tempo desse modo de produção⁽¹⁶⁾.

Na concepção da economia política, a produção seria regida pelas leis da natureza sob as quais os homens, modificando os elementos naturais, produziam os bens necessários à satisfação de suas necessidades pelo consumo. A distribuição do produto efetivar-se-ia, segundo as leis sociais vigentes no contexto de referência, de modo próprio aos requisitos de uma relação equilibrada entre consumo e produção. A troca seria uma espécie de mecanismo situado entre a produção e a distribuição, social apenas na forma, que permitia aos indivíduos converter a parte do produto que lhes coubera na distribuição, nos bens de suas preferências. O consumo seria o ato de uso individual dos bens produzidos. Embora sendo o objetivo final da produção, o consumo era concebido como algo externo ao processo econômico global, com o qual ligar-se-ia apenas para indicar a conveniência do reinício de um novo ciclo produtivo.

(16) Essa crítica marxista encontra-se na "Introdução" de MARX. *Para a Crítica da Economia Política*, 1982.

Para Marx produção, distribuição, troca e consumo, no contexto das sociedades capitalistas, não manteriam apenas aquelas relações entre si, apreendidas pela economia política, pois constituíam um todo orgânico cujas inter-relações e múltiplas determinações recíprocas seriam o próprio processo social global da produção capitalista. Além do mais, entendia Marx que esse modo de produção, em seu conteúdo essencial no seu desenvolvimento histórico seria a expressão de um processo dialético. Daí porque o método adequado à apreensão não poderia deixar de ser dialético. Assim, alcançar-se-ia não apenas as leis causais que estariam regendo o seu comportamento em determinado momento histórico, mas também as leis tradutoras das suas transformações através do tempo. Tais leis seriam traduções fiéis das leis dialéticas da "unidade contraditória" da "transformação da quantidade em qualidade" e da "negação da negação". Com o avançar histórico do seu desenvolvimento, a atuação dessas leis o conduziria à autonegação da existência do capitalismo.

No entendimento de Marx, nesse todo orgânico constituído pelo processo social de produção, uma unidade contraditória das mais complexas seria a formada pela produção e o consumo. Vários argumentos foram desenvolvidos por esse autor para demonstrar que o consumo é o não ser da produção e vice-versa.¹

"A produção é, pois, imediatamente consumo; o consumo é, imediatamente, produção. Cada qual é imediatamente seu contrário. Mas, ao mesmo tempo, opera-se um movimento mediador entre ambos. A produção é mediadora do consumo, cujos materiais cria e sem os quais não teria objeto. Mas o consumo é também mediador da produção ao criar para os produtos o sujeito, para o qual são produtos. O produto recebe seu acabamento final no consumo. Uma estrada de ferro em que não se viaja e que, por conseguinte, não se gasta, não se consome, não é mais que

uma estrada de ferro dynamei, e não é efetiva. Sem produção não há consumo, mas sem consumo tampouco há produção" (MARX. *Para a Crítica da Economia Política*, 1982, p. 8).

No desenrolar do processo de produção das sociedades capitalistas, essa unidade produção-consumo, em face das inter-relações necessariamente mantidas entre os indivíduos produtores diretos (trabalhadores) e os proprietários dos meios de produção que atuam como capital (capitalistas), teria na distribuição do produto uma forma especial de intermediação. Isto não mais encontrava suas razões apenas no fato de a produção não se pautar pela apropriação direta dos frutos do trabalho, mas também pelo fato de essa produção, eminentemente elaborada para a troca, efetivar-se sob o domínio do capital.

Essa distribuição teria as suas determinações, tanto lógica como histórica, emanadas do próprio processo de produção. No capitalismo, por conseguinte, estariam nas relações de produção imanentes à forma como aí se desenvolve a produção social, as determinações do modo como se distribui o produto gerado, como salário, lucro, juro, renda fundiária etc.

Na seqüência dessa concepção marxista, a troca transcenderia aquela posição de elemento de intermediação entre a produção e a distribuição e entre estas e o consumo. A troca seria a expressão mais viva de um complexo processo global de produção, que funciona à base da divisão social do trabalho, onde os trabalhadores são destituídos da capacidade de gerar valores de uso diretamente para si. Nesse contexto, a função intermediária da troca teria sua gênese no próprio processo social global de produção que necessariamente a inclui. No caso das trocas voltadas para os consumos individual e produtivo, as suas determinações pelo processo de produção seriam diretas, e indiretas no caso das trocas entre comerciantes, comuns ao funcionamento do processo de produção capitalista.

Esse inter-relacionamento orgânico entre os fenômenos da produção, distribuição, troca e consumo seria próprio da essência do processo social da produção no capitalismo. Mas, aí, haveria uma forte tendência ao "atropelamento" da dialética entre a produção e o consumo. As suas relações de produção, ao se fundamentarem na exploração de mais-valia para fins de acumulação como capital, conflitavam com os requisitos à prevalência da harmonia dialética da unidade produção-consumo. Com efeito, tais relações de produção tendiam a originar uma distribuição primária do produto em termos de salário, lucro, juro, renda fundiária etc., geradora de um consumo global (individual, produtivo etc) mais as compras para os estoques, insuficientes à realização pela venda da produção corrente total de mercadorias. No capitalismo, portanto, no que se refere à sua forma e ao seu conteúdo, a troca seria uma determinação da produção mas, quanto ao montante, em termos de valor realizado, a distribuição poderia vir a impor-lhe um limite inferior ao permitido pelo processo produtivo.

Como resultado da metodologia de investigação que propôs, Marx afirma haver chegado a uma apreensão teórico-científica do modo de produção capitalista, que engloba tanto suas formas aparentes como, principalmente, o seu conteúdo essencial determinante. Entre os resultados alcançados a partir dessa sua metodologia, que haviam escapado à economia política, destacar-se-iam, entre outros, os seguintes:

- i. uma lei do valor fundamentada no princípio do tempo de trabalho socialmente necessário, regedora do comportamento dos preços de produção e dos preços de mercado;
- ii. o capital como a síntese que expressa a relação social de dominação e exploração da classe capitalista sobre a assalariada;
- iii. o lucro, o juro, a renda fundiária e outras formas de rendimentos do capital e da propriedade, como apro-

- priações de parcelas de mais-valia, originada do produto excedente gerado pelo trabalho não-pago, extraído pelo capital no processo de produção;
- iv. a tendência à crise do capitalismo, como decorrência do seu funcionamento contraditório, fundado na lógica das relações de produção voltadas à geração de lucro e sua acumulação como capital. O fato dessa acumulação ter como nutrientes básicos o aumento da taxa de exploração e o desenvolvimento das forças produtivas sociais ensejaria a ocorrência de crises que se manifestariam nas formas de superprodução, tendência à queda da taxa de lucro e superacumulação de capital.

2. O Método dito Cientificamente Correto de Marx

O desenvolvimento do plano de trabalho de Marx, voltado à explicação científica da economia burguesa, teve os seus delineamentos básicos assim descritos por ele:

“O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de fio condutor aos meus estudos, pode ser formulado em poucas palavras: na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina

sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas essas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social. Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez” (MARX. Para a Crítica da Economia Política, 1982, p. 25).

A qualidade superior, bastante reivindicada ao marxismo, na apreensão do modo de produção capitalista, repousa nos seguintes argumentos: o materialismo histórico, a sua criação mais genuína, seria o seu conteúdo científico dedutor das leis que regem o desenvolvimento da sociedade humana, através do tempo, sem apelos a juízo de valor, finalismos ou outras concepções *a priori*. Com o materialismo dialético, seu conteúdo filosófico, alcançar-se-ia uma correta concepção filosófica do mundo, tanto na sua realidade material como social. Pela sua conclusão essencial, o desenvolvimento dessas realidades, no tempo e no espaço, caracterizar-se-ia como um processo onde matéria e movimento formam uma unidade contraditória, regida pelos princípios e leis da dialética. Porém, inversamente ao que afirmava a dialética idealista de Hegel, seria a totalidade da realidade material e social a determinante da existência da idéia. Esta chegava à mente humana através de um processo interpretativo do mundo na sua existência concreta. Assentada a sua metodologia no materialismo dialético, estaria assim o marxismo investigando a existência humana, guardando plena fidelidade ao seu processo real de desenvolvimento histórico. Com isto; permitiria ao materialismo histórico alcançar as leis seguramente explicativas desse processo. Nessa ativi-

dade científica, o método abstrato-concreto seria o procedimento correto para se chegar à compreensão das formas concretas da vida social no capitalismo, nas suas múltiplas inter-relações e determinações, no plano da sua concepção mental, de modo ajustado aos objetivos do materialismo histórico⁽¹⁷⁾.

Como se vê, o marxismo traz em si um processo de criação de conhecimento onde materialismo histórico, materialismo dialético e o método abstrato-concreto formam um todo interligado e interdependente. Pois, se num primeiro momento é a força do método fundamentado na dialética materialista que funciona como elemento essencial às conclusões científicas do materialismo histórico, são estas, nas suas confrontações com a realidade concreta explicada, que categoricamente opinam sobre a propriedade do método.

Ao estudar a sociedade capitalista, seguramente uma das grandes preocupações de Marx foi a de explicar o conteúdo essencial que dialeticamente fundamenta a existência das formas e das relações sociais, que de modo aparente aí se explicitam. Pelas conclusões marxistas a esse respeito, quando corretamente apreendidas, essência e aparência seriam partes de uma mesma unidade manifesta concretamente na última.

O conhecimento da realidade do capitalismo, na sua concepção materialista, para Marx, não podia deixar de resultar da atuação do método que a analisa na progressão do abstrato ao concreto. Essa afirmação torna-se patente quando se tem em conta a totalidade desse método, enquanto processo dialético que é.

(17) Por essa base metodológica do materialismo histórico, alguns pensadores entendem ser bastante discutível o caráter científico do marxismo, que portanto afirmar-se-ia, com mais propriedade, como uma concepção filosófica do mundo. Essa temática será analisada no item seguinte.

No exercício dessa metodologia, precedendo a reconstrução pela via abstrato-concreto, necessariamente ocorre a dissolução da forma concreta, tal como se apresenta em dado momento histórico, no sentido do concreto ao abstrato. Isto, tanto no plano da análise das suas determinações históricas, como no plano das suas múltiplas inter-relações causais mantidas entre os seus diversos aspectos, em dada situação histórica. Esta seria a essência do processo dialético do método abstrato-concreto, enquanto método de investigação. Este procedimento metodológico permitiria à percepção humana |

"apoderar-se da matéria, em seus pormenores, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e perquirir as suas conexões" (MARX, *O Capital*, s.d., Livro I, Vol. I, p. 16 — Posfácio da 2.^a edição).

Marx também chama a atenção quanto à atuação do seu método abstrato-concreto enquanto método de exposição. Essa tarefa expositiva desenvolver-se-ia após concluído o processo da pesquisa propriamente dito, onde o método teria funcionado como um processo de investigação. Na medida em que isto permitisse fazer a descrição do movimento real espelhando-o fielmente, no dizer de Marx, chegava a dar impressão de uma construção *a priori* do real (*Idem, ibidem*, p. 16).

Cabe ainda destacar, nesse processo marxista de elaboração do conhecimento a importância atribuída à explicação do conteúdo essencial das formas aparentes como um processo de integração dialética. Pois, aí, essas formas unitárias são apresentadas como resultados síntese de um processo dialético, que submete à avaliação pelo processo real a sua capacidade de traduzir as unidades dialéticas presentes na forma concreta. Somente em caso afirmativo a síntese alcançada firmar-se-ia como um verdadeiro conhecimento, fundamentado na dialética materialista, uma vez

elaborado de modo vinculado à realidade empírica e por ela ratificado.

Daí a aspiração de Marx à autoria da criação de uma teoria do conhecimento onde não há espaços a formulações abstratas e "apriorísticas" de modelos voltados à apreensão da realidade concreta. Bastaria ver que o processo dialético do método abstrato-concreto, fundamento essencial dessa teoria, baseia-se, também, na unidade dialética entre o processo histórico real e sua percepção pela mente humana que a investiga, na busca da elaboração do saber⁽¹⁸⁾

Marx, sem dúvida, teve o cuidado de realçar que o seu conhecimento do capitalismo partia dos conceitos mais simples (as categorias), mas não de conceitos abstratos puros, desgarrados do processo histórico

real. Por isso é que o seu ponto inicial havia sido a mercadoria, e não o seu valor. No seu entender, se houvesse começado pelo valor, estaria de certa forma impondo um conceito ao mundo real, ao passo que a mercadoria seria um conceito a ele oferecido por este (MARX. *Glosas Marginais al 'Tratado de Economia Política'* de Adolph Wagner, 1970).

Na economia política, Marx reconheceu existir fundamentos científicos que, se houvessem sido convenientemente elaborados, ter-se-iam constituído no caminho certo para a compreensão do que dizia ele ser a anatomia da sociedade burguesa. Na sua análise crítica da filosofia de Hegel, encontrou o essencial à criação do método de investigação e apreensão da realidade sócio-econômica capitalista que faltara, por exemplo, a Smith e a Ricardo.

Hegel teria apreendido as leis lógicas tradutoras da realidade da sociedade humana a partir do seu movimento através da história. Corretamente teria concebido que o mundo material possui existência própria, independente do pensamento. Seu grande equívoco teria sido afirmar ser a realidade concreta uma criação do espírito, e que todo o seu movimento dialético no tempo histórico evidenciar-se-ia como a atuação do espírito, tornado autoconsciente, dialeticamente negando a si mesmo segundo os princípios da razão, num ininterrupto processo de superação de sua existência alienada anterior⁽¹⁹⁾.

O mais questionável da dialética de Hegel estaria justamente no seu essencial:

(18) Isto não tem impedido que pensadores como Althusser defendam a idéia de que em Marx há uma teoria do conhecimento que, embora essencialmente voltada para o movimento histórico real, trata-se de uma concepção teórico-abstrata que não alcança na íntegra essa realidade. Não se podendo, além do mais, obscurecer em Marx, "a clara distinção que ele faz entre o desenvolvimento das formas do conceito no conhecimento e o desenvolvimento das categorias concretas no real histórico. Sem isto, cai-se no erro de se afirmar uma ideologia empirista do conhecimento e a identificação do lógico com o histórico, na análise de *O Capital*" (ALTHUSSER, L. y BALIBAR, E., 1974. p. 126-29). Discordando de Althusser, Mandel concluiu que certamente é impossível que "o pensamento e o ser atinjam uma identidade completa no processo de criação do conhecimento. Mas entende que à luz da dialética materialista pode-se chegar a uma reprodução intelectual ativa da realidade, onde o abstrato e o concreto, o universal e o particular sendo reintegrados em escala crescente, vão progressivamente expurgando o conteúdo teórico puro, ou a falsa consciência, contido no conhecimento sobre o real" Apresenta assim o método marxista de inspiração dialético-materialista como um processo de tentativas convergentes à reprodução precisa da realidade. Ver MANDEL, 1982, p. 7-28.

(19) Sobre a dialética hegeliana e sua apreciação crítica, recomendamos HEGEL. *Ciência de la lógica*, 1968; *A Fenomenologia do Espírito*, 1974 e *Introdução à História da Filosofia*, 1976; MARX. *Miséria da Filosofia*, 1982; *Crítica da Filosofia Dialética e Geral de Hegel*. In FROMM, *Conceito Marxista do Homem; Manuscritos Econômicos-Filosóficos* (Terceiro Manuscrito), 1978; LUKÁCS. *A Falsa e a Verdadeira Ontologia de Hegel* In *Op. cit.*, 1979 e LENINE, 1975.

supor que o pensamento determina a existência e o movimento da realidade histórica. Se assim fosse, o método abstrato-concreto, ao atuar como a maneira de reproduzir a realidade concreta na forma pensada, impor-se-ia, também, como condição indispensável à existência do real. Não seria por acaso que, no entendimento de Hegel,

"o método é a forma absoluta, única, suprema, infinita, a que nenhum objeto poderia resistir; é a tendência da razão a reencontrar-se e reconhecer-se em todas as coisas" (HEGEL, *apud* MARX, *Miséria da Filosofia*, 1982, p. 104).

Dessa maneira, nesse instrumento de construção do conhecimento — o método —, por abstrair os aspectos distintos dos diferentes movimentos, ter-se-ia a concepção lógica pura destes. Para Marx, isto implicaria haver encontrado logicamente a substância de todas as coisas. O método, enquanto fórmula lógica do movimento, tornar-se-ia absoluto

"[.] que tanto explica todas as coisas como implica, ainda, o movimento delas" (MARX, *Miséria da Filosofia*, 1982, p. 104).

Concorda Marx que Hegel estava correto, na sua concepção de que o real histórico se desenvolve dialeticamente. O seu erro teria sido não haver compreendido as suas verdadeiras gênese e força motriz. Não era certo admitir que a idéia houvesse originado a realidade concreta, nem tampouco que o pensamento estabelecido pelo exercício da razão pura pondo-se, opondo-se e recompondo-se fosse o responsável pelo movimento dialético da história. A sua gênese encontrar-se-ia na totalidade concreta formada pelas relações de produção geradas pelo indivíduos produzindo as suas condições de vida. A força determinante do seu movimento dialético no tempo estaria na contradição entre o estágio do desenvolvimento das forças

produtivas materiais da sociedade e as suas correspondentes relações de produção⁽²⁰⁾.

Em Hegel, a compreensão do real histórico e do seu movimento dialético seria impossível sem o seu onisciente método abstrato-concreto, portador da forma-lógica desse movimento. Isso não tanto por ser ele um meio de percepção do concreto pela via do pensamento, mas por trazer consigo a realidade definida, *a priori*, como uma determinação do pensamento. O conteúdo desse método confundir-se-ia com a própria expressão de realidade dita dialética. No entender de Marx, Hegel, coerente com a sua filosofia idealista, teria atribuído um poder exagerado ao seu método. Com isto, a sua dialética perdera a capacidade de explicar a realidade concreta num dado presente histórico. Nessa ocasião, apenas saber-se-ia que ela seria uma manifestação do espírito. Portanto, uma concepção abstrata que conflitaria com a própria existência humana.

Para Marx, a economia política clássica, mesmo não tendo estudado o capitalismo pela ótica do materialismo histórico, utilizou o método abstrato-concreto. A sua percepção do concreto teria sido feita dissolvendo-o em noções abstratas, de modo a permitir a sua posterior reconstrução através do pensamento, como síntese resultante de um processo. Constituía exemplo disso a explicação de categorias complexas tais como sistema econômico, estado, nação, troca internacional etc., feita a partir de relações gerais e abstratas entre

(20) Engels, também fundador do marxismo, procurou com certa clareza expor a base elucidativa da questão filosófica entre a consciência e a matéria, proposta por essa ciência, ao afirmar: "É precisamente a transformação da natureza pelo homem, e não a própria natureza como tal, que é o fundamento mais essencial e mais direto do pensamento humano, e a inteligência do homem aumentou na medida em que ele aprendeu a transformar a natureza" (ENGELS, F. *apud* CHEPTULIN, 1982, p. 56).

categorias simples como: trabalho, divisão do trabalho, troca, valor de troca, dinheiro etc.

Na concepção de Marx, sua análise científica do capitalismo permitia apreender importantes categorias que formam essa sociedade como sendo portadoras de formas e significados diferentes em relação ao que haviam sido em períodos históricos anteriores. Isto teria sido um grande avanço em relação à economia política, pois possibilitava perceber que categorias como trabalho, valor de troca, dinheiro e o próprio capital, embora datando da longínqua antiguidade, adquiriam sentidos especiais, naquele contexto onde

“o capital é a potência econômica da sociedade, [...] que domina tudo. Deve constituir o ponto inicial e o ponto final [...]” (MARX. *Para a Crítica da Economia Política*, 1982, p. 19).

Assim sendo, com essa abordagem ficaria claro que, no capitalismo, as formas assumidas por tais categorias resultavam de desenvolvimentos processados nas sociedades que o antecederam e que, portanto,

“a transição do pensamento abstrato, que vai do simples ao concreto, reflete assim o processo histórico real” (MARX. *O Método na Economia Política*, 1974, p. 41).

Mesmo sem se querer dizer que Marx, como Hegel, tenha exagerado quanto à importância do seu método, é fato que ele lhe atribuiu um enorme poder na explicação da sociedade burguesa. Parecia até exaltá-lo como algo de plena perfeição. Pois chegou a convencer-se de que, concebidas pelo seu método

“as categorias que expressam as relações desta sociedade e asseguram a compreensão das suas estruturas, permitem-nos ao mesmo tempo entender a estrutura e as relações de produção de todas as sociedades passadas, sobre cu-

jas ruínas se encontra edificada a sociedade burguesa, que conserva certos vestígios das primeiras, enquanto algumas potencialidades, ao desenvolverem-se, adquirem nela todo o seu sentido” Idem, *ibidem*, p. 44).

Na elaboração de seu sistema teórico global explicativo do processo da produção capitalista, Marx partiu do concreto sócio-econômico mais simples, a mercadoria. Dizia ele

“de onde yo parto es de la forma social más simple en que se presenta el producto del trabajo en la sociedad actual, y esta forma es la ‘mercancia’” (MARX. *Glosas Marginales al ‘Tratado de Economía Política’ de Adolph Wagner*, 1970, p. 176).

Inicialmente, decompõe e analisa a mercadoria à luz de suas múltiplas inter-relações e determinações, segundo concepções abstratas, tais como: troca, divisão social do trabalho, trabalho concreto, trabalho abstrato, valor, valor de troca, dinheiro e capital. A partir daí passou a reconstruí-la segundo um processo lógico-dialético e histórico, vindo assim a explicá-la na sua concreção, tendo como conteúdo essencial uma ampla realidade humana e técnico-material, que responde pela sua existência cheia de conteúdo social.)

Para Marx, a apreensão dessa riqueza de conteúdo social da mercadoria só teria sido possível por haver ele focado as suas formas simples determinantes na sua evolução dialética no tempo. Desse modo, ter-lhe-ia sido apresentada pelo próprio processo histórico real a importância essencial da mercadoria enquanto forma de expressão dos frutos do trabalho nas suas determinações historicamente específicas da produção capitalista. Por isso afirmava:

“a célula econômica da sociedade burguesa é a forma mercadoria, que reveste o produto do trabalho, ou a forma

de valor assumida pela mercadoria" (MARX. *O Capital*, s.d., Livro I, Vol. I, p. 4).

Com esse estudo da produção capitalista da mercadoria⁽²¹⁾, Marx teria compreendido como, historicamente, a sociedade humana passou de um sistema onde o trabalho era apenas gerador de valor de uso, a outro no qual o trabalho passou a ser, também, produtor de valor de troca⁽²²⁾. vindo depois a expressar este na forma dinheiro. Teria apreendido, também, porque, nessa sua última modalidade, o processo de produção de mercadorias havia deixado de se exercer no âmbito de uma convivência social fundada na propriedade do trabalhador, tanto do trabalho vivo como do objetivado nos meios de produção, para se efetivar sob a propriedade e o domínio do capital. Ao se constituírem como valor-capital, as condições de trabalho ter-se-iam transformado em propriedade oppositora ao trabalho, ao mesmo tempo em que este, agora assalariado, teria passado a pertencer ao capital.

Nessa concepção histórica e materialista do capitalismo, ao apreender a essência e a complexidade que encerra o capital como síntese das relações sociais que comanda, Marx teria chegado, também, ao entendimento das contradições desse processo social de produção. Pelas suas conclusões, essas contradições, que tendiam a se robustecer com o desenvolvimento desse modo de produção, tornariam o seu

(21) Esse estudo da mercadoria não se encontra, na íntegra, em *O Capital*. Para se chegar a ele, além desta, deve-se analisar pelo menos as seguintes outras obras: MARX. *Contribuição à Crítica da Economia Política*, 1977 e *Elementos Fundamentais para la Crítica de la Economía Política*, 1978.

(22) A análise que fundamenta essa conclusão encontra-se em MARX, K. Fragmento da Versão Primitiva da Contribuição para a Crítica da Economia Política (1858) In: *Contribuição à Crítica da Economia Política*, 1977, p. 233-327.

caminhar histórico traumático, pela ocorrência de periódicas crises, e convergente à autonegação de sua existência.

No capitalismo, a produção de mercadoria teria alcançado o seu estágio superior de desenvolvimento. Deixava de ser algo fortuito, ou apenas restrito àquela parcela da produção que excede à subsistência, para se tornar generalizada. A sua correspondente divisão social do trabalho caracterizava-se como um processo produtivo que, no seu desenvolvimento no tempo, cada vez mais submetia o trabalho a gerar um tipo de produto imprestável para si, enquanto valor de uso. A liberdade individual de produzir só existia enquanto acatada a "imposição da sociedade" de gerar valor de troca, valorizando o capital. O dinheiro, que em sociedades historicamente anteriores teria sido, também, meio de troca e de acumulação e até capital, jamais fora portador de um complexo de relações de produção, como no capitalismo.

A circulação simples, já entendida como a troca à base de mercadoria-dinheiro, teria sido historicamente típica de uma fase bem anterior à da autonomia do valor de troca na sua forma ideal, dinheiro. As comunidades, ainda quando basicamente produtoras de valores de uso, já trocavam entre si os seus excedentes. Essa circulação teria sido a grande motivadora do alargamento das necessidades intracomunidade e do aumento da produção especializada no seu atendimento, na sua crescente evolução a partir daquelas trocas. A isto teria correspondido o nascimento e expansão do sistema de divisão social do trabalho, que fez as comunidades convergirem para a montagem de processos sociais essencialmente produtores de valor de troca⁽²³⁾, negando assim, dialeticamente, a

(23) Não se deve perder de vista que, para Marx, é o valor que caracteriza a forma de existência da mercadoria, e não o valor de troca. "Al comienzo de este capítulo decíamos, siguiendo el lenguaje tradi- ...

existência do seu processo anterior de produção, e, também, a existência dos frutos do trabalho individual enquanto valor de uso direto para o seu produtor.

A circulação nascida do comércio externo teria sido, portanto, a gênese da produção interna do valor de troca e de todo o seu sistema de divisão do trabalho correspondente. No desenvolvimento histórico da circulação desse modo de produção de valor de troca, ter-se-ia as origens da existência do dinheiro, como expressão dominante da autonomia do valor de troca, e do preço, como forma ideal de negação do valor de uso da mercadoria (na venda) e do próprio valor de troca (quando da realização do dinheiro na compra).

Estando a sociedade pautada nesse modo de produção de mercadoria, mesmo quando ainda não se havia chegado à fase histórica do domínio do capital, o dinheiro já submetia as pessoas às suas características alienantes e impositivas. Pois, como afirmava Marx,

“[...] é em primeiro lugar no dinheiro, ou seja, na forma mais abstrata, logo, a mais despida de sentido, a mais incompreensível — forma em desapareceu toda a mediação — que se verifica a transformação das relações sociais recíprocas numa relação social fixa, opressiva, que subjuga os indivíduos” (MARX. *Contribuição à Crítica da Economia Política*, 1977, p. 294).

A circulação simples, mesmo na sua fase mais desenvolvida quando o processo de produção já coexistia historicamente

com a autonomia do valor-dinheiro, o valor de uso era o seu conteúdo e finalidade. O dinheiro aí era apenas uma determinação da sociedade,

“[...] gerado espontaneamente, como consequência das relações que se estabelecem entre os indivíduos na circulação” (Idem, *ibidem*, p. 294).

A movimentação do dinheiro, como meio e fim em si mesmo, no processo de sua expansão como capital, teria encontrado na circulação simples o elemento historicamente indispensável à sua concretização. Como resultado de suas pesquisas Marx assim reportou-se a esse respeito:

“[...] não se assiste à formulação de capital antes que a esfera da circulação simples, embora tendo por base condições de produção totalmente diferentes daquelas do próprio capital, tenha atingido um certo nível de desenvolvimento” (Idem, *ibidem*, p. 305).

O dinheiro teria, portanto, nascido do processo de produção e circulação de mercadorias, vindo a alcançar um desenvolvimento dialético tal, a ponto de ganhar existência autônoma na função de mediador de valor e meio de circulação.

“A partir do momento em que o ouro e a prata (ou qualquer outra mercadoria) se desenvolveram como medida de valor e meio de circulação (quer na sua forma material, quer na forma de um símbolo que os substitui) tornaram-se dinheiro, sem qualquer intervenção da sociedade e independentemente da sua vontade” (Idem, *ibidem*, p. 294).

Prosseguindo no seu desenvolvimento histórico ele teria voltado à esfera da circulação, porém, para aí permanecer como elemento básico do funcionamento do processo social de produção, na sua fase capitalista. Aí, quer atuando como dinheiro propriamente dito, quer como capital,

cional: la mercancía es valor de uso y valor de cambio. Em rigor, esta afirmación es falsa. La mercancía es valor de uso, objeto útil y ‘valor’. A partir del momento en que su valor reviste una forma fenomênica propia, distinta de su forma natural, la del valor de cambio etc” (MARX, *Glosas Marginales al ‘Tratado de Economía Política’ de Adolph Wagner*, 1970, p. 176).

sempre de algum modo estaria ligado aos objetivos deste. A circulação simples, que fora historicamente a condição prévia do capital, embora continuando indispensável à sua existência, ter-se-ia tornado subordinada a ele, uma vez que dele passara a resultar.

Foi assim que Marx, à base desse estudo da mercadoria, fundamentado na metodologia da progressão dialética do abstrato ao concreto, encontrou nas especificidades do modo de produção capitalista o conteúdo explicativo essencial de toda a sua existência histórica. Todo um vasto manancial de conhecimentos foi elaborado a partir daí.

Mas foi através da sua teoria sobre o valor da mercadoria, no seu sentido amplo, que Marx desenvolveu a sua maior construção científica e filosófica sobre o entendimento crítico do capitalismo.

Marx apreendeu que o desenvolvimento histórico da sociedade humana apresentava a mercadoria, no capitalismo, como síntese expressora de um processo de produção social, das condições de vida humana, dialeticamente contraditório. Assim concebida, a análise da mercadoria conduziu à teoria do valor, como explicativa das razões pelas quais os frutos do trabalho assumem essa forma.

Mesmo numa economia mercantil simples, a mercadoria, ao assumir a forma de dinheiro, estaria explicitando plenamente o seu conteúdo dialético. Nesse ato, o trabalho na sua forma concreta, privada e individual, assumiria as formas contrárias de trabalho abstrato, trabalho social e trabalho socialmente necessário. Exteriorizar-se-ia, também, nessa troca, o caráter da existência alienada do trabalho, em face das determinações advindas de um processo de produção fundado na divisão social do trabalho, orientado para a troca dos produtos do trabalho.

Nesse processo social de produção o trabalho somente poderia revelar a sua capaci-

dade de gerar valor de uso, diretamente para a sociedade e indiretamente para o trabalhador que o porta, como trabalho abstrato que assume a forma de valor. Sendo, por conseguinte, o trabalho abstrato e, portanto, o valor expressões da existência alienada do trabalho às condições sociais de produção.

Na concepção de Marx, portanto, no processo global da produção e circulação de mercadorias, o trabalho abstrato seria a substância geradora do valor e este o seu meio de objetivação. Como essa objetivação só se efetivaria através das relações de troca entre as mercadorias (coisas), significaria dizer que seriam essas relações que comandariam a concretização das relações sociais entre os seus produtores, marcando assim, pelo caráter fetichista, a produção de mercadorias. Daí a conclusão de Marx de que, no processo da produção mercantil,

"uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas" (MARX. *O Capital*, s.d., Livro I, Vol. I, p. 81).

Esse fetichismo que seria inseparável da produção de mercadorias, no capitalismo, teria adquirido outras determinações, trazendo novas implicações ao desenvolvimento histórico do processo dialeticamente contraditório, específicas desse modo de produção. Aí, o caráter alienado do trabalho, na sua forma de trabalho assalariado, e a relação fetichista dominante do valor, ao efetivar-se por meio do valor-capital, ter-se-iam tornado frutos das relações sociais de produção capitalistas, fundadas na exploração do capital sobre o trabalho.

Essa exploração encontrava sua viabilização numa realidade sócio-econômica onde o trabalho tinha a sua existência subsumida ao capital. Nesse contexto, a efetivação de uma jornada de trabalho com duração acima daquele tempo necessário à

reprodução do valor da força de trabalho levava à geração de mais-valia, orientada pelos interesses de sua realização na forma de lucro para fins de acumulação como capital.

Na contradição dialética, característica do processo social da produção simples de mercadorias, a alienação do trabalho humano, essência desse processo, encontrava-se no trabalho abstrato, mas o fetichismo decorria apenas da relação invertida dessa essência em relação à própria mercadoria enquanto valor. As determinações desse fetiche emanavam de uma convivência social baseada na troca, mas não no capital. No capitalismo, essa essência alienada estaria no trabalho assalariado, passando o fetichismo a verificar-se através do tipo de relação invertida que mantém com o capital.

No capitalismo, além disso, as condições sócio-econômicas e técnico-materiais do processo social de produção formariam um campo extremamente fértil à exponenciação da existência alienada da essência humana da vida social, o trabalho, o do fetiche das coisas.

A contradição dialética passava assim a ter, no seu próprio momento de alienação e da relação de dominação fetichista da essência, o meio de sua expansão e fortalecimento. Uma vez que a exploração econômica, através da geração de mais-valia voltando-se à acumulação elevaria a composição orgânica de capital e incorporaria novas tecnologias ao processo social de produção — verdadeiros fomentos a maiores alienação do trabalho e fetiche do capital.

Mas essa alienação do trabalho e dominação fetichista do capital seriam movidas por objetivos capitalistas individuais que, em seu conjunto, formavam um processo contraditório. Pois, na prática, perseguia metas ilimitadas de acumulação de capital, desenvolvimento das forças produtivas sociais, socialização do trabalho e uso coleti-

vo dos meios de produção. Por isso, a produção de mercadorias no capitalismo seria um processo dialeticamente contraditório que, no seu desenvolvimento no tempo, iria tornando-se incompatível com o comando do capital.

3. Questões Sobre os Fundamentos Metodológicos do Marxismo — Notas Sobre um Grande Debate

Aspectos Gerais

Nos seus famosos "Prefácios" à *Contribuição à Crítica da Economia Política*, de 1859, e à primeira e segunda edições de *O Capital*, de 1867 e 1873, Marx apresenta de forma sumária, mas muito elucidativa, os fundamentos de seu método⁽²⁴⁾.

Nesses textos deixou claro que, após seus proveitosos estudos críticos sobre a economia política clássica, a dialética hegeliana e a história da sociedade humana convenceu-se de que esta se lhe apresentava como algo que tem o seu desenvolvimento no tempo segundo um processo dialético. O conteúdo essencial determinante deste caráter dialético da vida social estaria nas atividades voltadas à produção de suas condições de existência.

Nesse processo dialético, a unidade contraditória à base da qual desenvolver-se-ia o movimento da vida social encontrar-se-ia na estrutura técnica e social da produção, formada pelas relações de produção e grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais.

No entendimento de Marx, de modo semelhante ao que ocorre com os fenômenos naturais,

(24) Discussões mais amplas sobre o método de Marx, bem como a sua dialética materialista em contraposição à dialética idealista de Hegel, encontram-se em suas obras: *A Ideologia Alemã*, 1980, Vols. I e II; *Miséria da Filosofia*, 1982 e *Contribuição à Crítica da Economia Política*, 1977.

"[.] na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade [. .]" (MARX. *Contribuição à Crítica da Economia Política*, 1977, p. 24).

Para Marx, estaria aí o conteúdo histórico-materialista do seu método. O próprio movimento social, através do tempo, nas suas determinações a partir do processo de produção da sociedade humana, cujo desenvolvimento seria do tipo histórico-natural.

Essa concepção metodológica é assumida por Marx como indispensável à compreensão científica da sociedade humana. Embora confessadamente dito fundamentado na dialética materialista, o seu método mantém o princípio da dialética idealista de Hegel, da identidade entre matéria e movimento. Como se sabe, para Hegel, tanto a realidade natural como a espiritual moviam-se dialéticamente como manifestações alienadas da idéia⁽²⁵⁾.

Quando Marx diz:

"Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto"

é preciso aprofundar-se no entendimento desse método para se delimitar o alcance dessa afirmação (MARX. *O Capital*, s.d., p. 16 — Prefácio da 2.^a edição).

Onde estaria então essa tão grande diferença do método dialético de Marx em relação ao de Hegel? O próprio Marx responde:

"Para Hegel, o processo do pensamento, — que ele transforma em sujeito autônomo sob o nome de idéia, — é o criador do

real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano, e por ela interpretado" (Idem, *ibidem*, p. 16).

Teria esse aspecto da diferença do método de Marx, em relação ao de Hegel, grande importância do ponto de vista da busca de uma investigação cientificamente correta da vida econômica da sociedade humana, no seu desenvolvimento histórico? Um tanto mais, sabendo-se que o método dialético de Marx, além de adotar aquele princípio da dialética hegeliana, mantém como seu fundamento lógico as três grandes leis dessa dialética idealista: a da unidade dos opostos, a da negação da negação e da conversão recíproca entre quantidade e qualidade?

Achava Marx que o aspecto mais essencial da sua dialética estava em haver entendido que

"o modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral" (MARX. *Contribuição à Crítica da Economia Política*, 1977, p. 24).

A consciência humana, daí emergente, e desse modo determinada, seria reflexo do contexto de um processo social de produção cujas relações, à base das quais se desenvolve, impor-se-iam inexoravelmente ao homem.

É digno de registro saber que, como Hegel, Marx concebia que a realidade formada pela produção das condições da vida humana era a expressão da consciência humana alienada. A distinção cientificamente revolucionária estaria em negar a concepção hegeliana de que o fundamento dialético dessa vida social pudesse ser encontrado nas formas ou produtos da consciência alienada. Para ele, aí estaria o caráter místico da dialética de Hegel, mas

(25) Uma discussão sobre o assunto encontra-se em COLLETTI, O Marxismo do Século XX. In: *Op. cit.*, 1983, p. 15-61.

que nem por isso deixava de portar um conteúdo racional causador de

"[. .] escândalo e horror à burguesia e aos portavozes de sua doutrina, porque sua concepção do existente, afirmando-o, encerra, ao mesmo tempo, o reconhecimento da negação e da necessária destruição dele; porque apreende, de acordo com seu caráter transitório, as formas em que se configura o devir [. .]" (MARX. *O Capital*, s.d., Livro I, Vol. I, p. 17 — Prefácio da 2.^a Edição)(26).

A produção capitalista de mercadorias seria uma marcante evidência histórica da existência alienada da essência da vida social. Isto porque aí as relações sociais de produção impostas ao homem e fora do seu controle seriam fetichizadas. Entretanto, concluiu Marx, fiel aos princípios e às leis básicas da dialética, que com o avançar no tempo do desenvolvimento desse modo de produção, as contradições do seu funcionamento (desenvolvimento das forças produtivas, socialização do trabalho e dos meios de produção etc.) findariam por levar à negação da alienação humana. Essa negação, pelo seu conteúdo determinante, significaria não só a liberação da consciência e essência humanas, mas também a superação do capitalismo na história da humanidade.

Essa concepção marxista tem sido alvo de grande discussão. Muitos questionamentos têm sido feitos sobre o caráter científico do método de Marx, pela sua predisposição filosófica em face do desenvolvimento da sociedade humana, seu objeto de investigação.

Notas Sobre Importantes Questionamentos do Conteúdo Científico-Filosófico do Marxismo

Destacados marxistas desenvolveram

seus trabalhos científicos, nos campos da economia política, da história e da filosofia, como Hilferding, Rosa Luxemburgo e Kautsky,¹ concebendo o marxismo como uma ciência voltada à explicação da sociedade humana e das leis que respondem pelas suas transformações no tempo (HILFERDING, 1973; LUXEMBURGO, 1977 & KAUTSKY, 1975).

Outros marxistas historicamente notáveis como Lukács e Gramsci, defendem que as idéias de Marx buscam uma concepção filosófica e não científica da sociedade humana.

Para Lukács, seria um entendimento equivocado do marxismo o de que ele é apenas uma ciência que busca explicar as leis do movimento da sociedade, tal como afirmam Hilferding e outros. No capitalismo, o que se apresentaria como objetividade, à base da qual essa concepção científica deduzia as leis reguladoras da vida social, seria uma realidade plasmada no fetichismo das coisas em relação ao homem e na existência alienada deste. O método de Marx seria o procedimento correto para apreender as razões pelas quais gerou-se essa realidade alienada e, a partir daí, oferecer ao homem uma consciência crítica na busca de sua libertação (LUKÁCS. *História e Consciência de Classe*,² 1974). Nessa linha de raciocínio o marxismo seria, isto sim, muito mais uma concepção filosófica da sociedade humana.

Gramsci fez também uma rigorosa crítica às posições que dão primazia ao entendimento do marxismo segundo uma rígida concepção histórico-natural da sociedade (GRAMSCI, 1975, p. 1402-404, 1408, 1411-12, 1416, 1425-26, 1432, 1449 e 1486. *Apud*,³ COLLETTI, 1983, p. 44-48). A exemplo de Lukács, entende que essa visão científica, sendo elaborada à base de uma realidade objetiva fetichizada, deixava de lado a percepção dialética da história para proceder a uma apreensão evolucionista positivista da mesma.

(26) Grifos nossos.

Para Gramsci, a apreensão da vida social a partir de sua objetividade, longe de ser um procedimento científico, não passava de uma postura mística. Com efeito, na medida em que a realidade investigada era a expressão da objetividade humana, admiti-la como algo exterior ao homem, a quem se lhe impunha suas rígidas leis de desenvolvimento, resultaria em um "materialismo metafísico". Isto seria um total desvirtuamento da verdadeira concepção marxista do materialismo, que constitui sobretudo uma "filosofia da práxis" voltada à criação de uma consciência libertadora da existência historicamente alienada do homem.

Segundo Althusser, o marxismo, enquanto materialismo histórico, seria a "ciência fundada por Marx". Por sua vez, enquanto materialismo dialético, o marxismo seria "a filosofia aberta por Marx" que teria como nutriente único a luta de classes, nutriente esse que constituía o elo essencial entre a ciência e a filosofia de Marx (ALTHUSSER, 1977, p. 69-75).

Coerente com esse raciocínio, pela teoria científica de Marx ter-se-ia a explicação, sem apelos humanísticos, da história do homem. Já na concepção dessa história à luz do materialismo dialético, a proposta de Marx seria não de interpretar o mundo, mas sim de ajudar na sua transformação revolucionária.

Munidos de tais atributos, e através da fusão deles, o marxismo, pela sua teoria científica e concepção filosófica, teria capacidade de conduzir a uma correta apreensão da vida social no capitalismo. Ao permitir alcançar as razões da alienação do trabalhador às condições de produção vigentes, o marxismo estaria oferecendo o "combustível" essencial ao movimento da classe operária na luta pela sua liberação transformadora do mundo.

Na sua obra *Para ler O Capital*, Althusser, ao analisar a teoria do conhecimento de Marx acerca da realidade histórica ar-

gumenta contra os que equivocadamente buscam em *O Capital* a identidade entre o lógico-teórico e o histórico concreto, à luz de concepções "econômicas" "sociológicas" e "históricas" que nada têm a ver com Marx. Para ele, o conhecimento científico do marxismo teria por base uma apropriação do real, que não deixava de trazer consigo concepções abstratas, que só teriam sentido em face da posição de Marx frente à luta de classe típica do capitalismo.

Para Althusser,

"desde Lenine já se sabia que em Marx, a filosofia expressa a luta de classe na sua teoria científica. Filosofia essa representativa do ponto de vista dos trabalhadores na teoria, contra as posições de classe opostas" (ALTHUSSER, 1977, p. 69).

Assim sendo, aquilo que de conteúdo filosófico contivesse a teoria científica de Marx não deixava de ter suas vinculações com o processo histórico real, pois no seu entender,

"não existe produção pura, nem economia pura, o antagonismo de classes está presente nas relações de produção e, portanto, materialmente enraizado na produção capitalista, na totalidade do seu processo"

Com essa concepção, Althusser afirma realçar um caráter bastante especial da teoria científica do marxismo,

"a sua fusão com o movimento operário. Fato esse sem precedente na história da ciência."

No entender de Lúcio Colletti, a aspição de uma explicação científica da sociedade não está apenas implícita na obra de Marx, mas também claramente explicitada por ele. O materialismo histórico seria uma proposta de apreensão científica das leis do movimento da sociedade hu-

mana e, em particular, segundo o próprio Marx, das

"leis naturais da produção capitalista"

Para Colletti, um estudo minucioso do marxismo demonstra as suas insuficiências científicas no seu intento de explicar as leis que respondem pelo movimento da vida social na sua fase histórica capitalista. O materialismo histórico não seria um límpido 'legado científico, alcançado a partir da análise da história da sociedade humana mediante o emprego do método dialético-materialista. Bastaria ver que nele (no materialismo histórico) os princípios e leis da dialética, sendo os meios básicos de apreensão da realidade, prejudicariam seriamente a busca científica, pois tal conteúdo dialético expressaria concepções *a priori* impregnadas de juízo de valor e finalismos acerca do real.

Esse tipo de "impureza" científica estaria patente em diversas conclusões do marxismo, como as que seguem:

"[...] a socialização dos meios de produção destina-se, sim, a criar estrutura 'correspondente' às condições de desenvolvimento das novas forças produtivas. Porém destina-se também, pelo menos em igual medida, a criar as condições de emancipação humana, isto é, da libertação do homem da sujeição a outro homem, as condições da sociedade sem classes. No discurso de Marx e de Engels, o socialismo não era apenas um tipo de organização da sociedade que sucedia o capitalismo. Era a sociedade em que deveria ser levada a cabo a emancipação humana. Era o salto do 'reino da necessidade' ao reino da 'liberdade'" (COLLETTI, 1983, p. 36-38).

Daí porque, para Colletti, valendo-se das leis da dialética como fizera Marx, seria impossível fazer ciência. Pergunta ele:

"De que modo um curso histórico objetivo poderia mostrar a passagem a uma sociedade não só mais completa que as precedentes, mas também, 'superior' isto é, mais elevada na escala de valores? A história capaz de dar à luz semelhante sociedade deve trazer nas suas entranhas um fim? De que modo este mesmo curso histórico poderia ser regido com base no princípio de causa, o que, por outro lado, é uma condição indispensável para que o processo pudesse ser objeto de conhecimento científico? (COLLETTI, 1983, p. 35).

Dos referidos estudiosos da obra de Marx, apenas Colletti é declaradamente não-marxista. É, no entanto, interessante notar o ponto comum entre eles ao afirmarem a incompatibilidade entre as posturas científica e filosófica do marxismo.

Os que defendem o marxismo como ciência acham que é possível extrair esse conteúdo das idéias de Marx de modo ileso às suas concepções filosóficas. Já os marxistas da linha dita não-científica da obra de Marx entendem as suas idéias como uma concepção dialético-materialista dos aspectos essenciais da sociedade humana, voltada e comprometida com uma ação prática conscientizadora e libertadora do homem.

Colletti, sem dúvida, trouxe notáveis contribuições ao debate ao negar, com base em seus abundantes estudos, que é impossível seccionar o conjunto das idéias de Marx delimitando onde termina o seu materialismo histórico e começa o seu materialismo dialético e *vice-versa*. Um não existe sem o outro, embora não se possa concordar com as afirmações de Colletti sobre o caráter não-científico do marxismo.

Não parece difícil chegar a uma posição coerente sobre essa questão. Até mesmo, porque vastas e meridianas "luzes" já jorraram sobre o tema, pois ele tem mere-

cido a melhor atenção de inúmeros qualificados cientistas e filósofos.

Para tanto, alguns entendimentos básicos, facilmente alcançados na obra de Marx, fazem-se necessários. Em primeiro lugar não se pode deixar de considerar que essa obra, tanto a parte criada na juventude de Marx, como a parte da sua fase mais tardia tem conteúdos simultâneos e interligados de ciência e filosofia. Em segundo, que o marxismo não padece de limitações científicas por valer-se do método dialético no procedimento de suas investigações. Depois, que o conteúdo teórico-científico e metodológico das idéias de Marx é perfeitamente conciliável com a sua concepção da totalidade social, como um processo onde se efetiva a transformação desalienadora da consciência humana e do ser social, atuando aí o marxismo como uma prática voltada para tanto.

Desse modo, não parecem sustentáveis conclusões como as de Korsch (Marxismo e Filosofia. *Apud* COLLETTI, 1983, p. 42-44), que afirmam serem as idéias de Marx, na sua obra madura, *O Capital*, um retrocesso em relação ao que fora típico no jovem Marx. A sua concepção dialética da sociedade humana teria cedido lugar à apreensão científica desta. Em realidade, o conteúdo dialético que marca as análises e conclusões alcançadas em *O Capital* não desautoriza, como pensava Korsch, aquela posição marxista "anterior à 1848" em que

"a revolução social era concebida como uma 'totalidade viva' ao mesmo tempo transformadora da consciência e do ser social".

O Capital não trata apenas do "socialismo científico", que entende ser o curso histórico da revolução da sociedade humana regido pelo desenvolvimento de leis objetivas. Se assim fosse, como se poderia explicar todos os princípios e leis do materialismo dialético implícitos nessa obra?

Em *O Capital* tem-se a marcante presença do que Korsch dizia ser o fundamento do marxismo do jovem Marx:

"uma crítica da ideologia burguesa e da consciência humana alienada que ganha forma real nas instituições econômicas, sociais e políticas típicas da produção capitalista, segundo o saber do materialismo dialético".

Portanto, só assim pode-se compreender destacadas teorias marxistas que estão em *O Capital*, tais como a da alienação do homem, a das contradições nascidas no desenvolvimento das forças produtivas do próprio capital e causadoras do conflito sócio-econômico entre as classes capitalista e assalariada e a da criação das condições efetivas da liberação humana com o desenvolvimento do capitalismo. Além dessas há várias outras fortemente marcadas pelo conteúdo filosófico do materialismo dialético.

No entender de Marx, ao desenvolver-se historicamente, a produção capitalista das condições de vida da sociedade humana geraria flagrantes contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção. Paralelamente às transformações estruturais daí decorrentes, efetivar-se-iam

"alterações mais ou menos rápidas na superestrutura jurídica, política, religiosa, artística ou filosófica, à qual, por sua vez, correspondem determinadas formas de consciência social (MARX. Contribuição à Crítica da Economia Política, 1977, p. 24-25).

Nesse processo de transformações estruturais e superestruturais, as primeiras, ao se verificarem nos aspectos técnico-materiais das condições econômicas da produção, "seriam comprovadas de forma mais cientificamente rigorosa" Já as segundas somente ganhariam existência através das formas ideológicas. Apreendidas essas for-

mas em seu conteúdo essencial, ter-se-ia nelas os meios adequados da conscientização humana sobre as contradições e os conflitos de classe no capitalismo, capacitando o homem à sua condução.

Não resta dúvida de que a investigação com a qual Marx afirma haver apreendido, nos seus aspectos essenciais, as contradições da produção capitalista e as formas ideológicas de sua conscientização pelo homem é declaradamente fundada no materialismo dialético. Daí abrir margem a conclusões, não muito felizes, de que Marx explica a história da sociedade humana pré-condicionado pelos princípios e leis da dialética. Com isto, teria impregnado de juízo de valor, finalismos e proposições ético-políticas as suas buscas científicas. Mas, o próprio Marx já advertia sobre o equívoco a que poderiam levar as suas idéias, em face dos aspectos do seu método, enquanto meio de investigação e enquanto técnica de exposição⁽²⁷⁾. No primeiro caso, o método voltar-se-ia à análise dialética da sociedade, "em seus pormenores e suas formas de desenvolvimento, procurando a conexão íntima entre elas." Essa concepção dialética, entretanto, para Marx, ter-lhe-ia sido apresentada pela própria história da sociedade humana como a sua forma de desenvolvimento, de sorte a lhe permitir apreender as leis do seu movimento dialético no tempo. Em face das limitações inerentes ao método expositivo das conclusões alcançadas, à luz dessa prévia investigação histórica, sobretudo em *O Capital*, daria a falsa impressão de que a vida sócio-econômica da realidade pesquisada fora apreendida segundo uma concepção *a priori*, principalmente quando não se faz uma completa e atenciosa leitura dessa obra.

(27) Essas limitações decorreriam do fato de, no curso da exposição, ser indispensável antecipar conclusões acerca da realidade, que embora a investigação prévia permitisse fazer, mas que, a nível do relatório, somente em partes seguintes ou no seu todo teriam suas fundamentações desenvolvidas.

Notas Finais

Pelo entendimento que aqui se faz, os fundamentos metodológicos do marxismo não são incompatíveis com o seu conteúdo científico. A esse mesmo nível de não incompatibilidade situam-se as concepções político-filosóficas das idéias de Marx, que postulam uma ação prática voltada à liberação da situação alienada do homem no capitalismo. Isto, pelo contrário, é da maior coerência ao nível do alcance lógico. Na medida em que o desenvolvimento das forças produtivas eleva a consciência humana sobre a realidade da vida social e as formas de alienação, exploração, conflito de classe etc, às quais o saber científico de Marx permite apreender as suas causas essenciais, nada mais lógico do que afirmar-se uma prática na busca libertadora.

Em conclusão, pode-se dizer que as aspirações científicas do marxismo não sofrem limitações em face de o seu método de investigação ser dialético-materialista, embora não se possa deixar de concordar com a afirmação de que as teorias científicas de Marx são mais apropriadas para explicar uma dada realidade da sociedade humana, a partir das leis do seu movimento, desenvolvidas na sua trajetória histórica passada. Mas, na medida em que o marxismo tem capacidade de apreender as leis regedoras das transformações, do passado ao presente, não parece ser uma aberração científica avançar para o tempo futuro conclusões sobre o desenvolvimento da atuação dessas leis.

É preciso, no entanto, considerar que nas conclusões marxistas sobre o comportamento futuro das leis da produção capitalista e, conseqüentemente, do próprio funcionamento desse modo de produção há, pelo menos, dois posicionamentos que convidam à reflexão na busca de um correto entendimento.

Pelo primeiro sabe-se que, indiscutivelmente, Marx desenvolveu toda uma funda-

mentação para afirmar haver encontrado as leis da transformação no tempo do capitalismo, que pelo seu funcionamento contraditório crescente, com o avançar do tempo, o levaria à sua autonegação histórica. Trata-se, claramente, de conclusões inspiradas nos princípios e leis da dialética, mas que para ele traduzia o processo histórico de desenvolvimento da sociedade humana um tanto mais na fase capitalista que vivenciou e analisou.

Em resumo, pelos resultados alcançados por Marx, no início desse processo, homem e natureza formavam a unidade original, que no decorrer histórico viera a ser intermediada pelas relações de produção entre os homens e entre estes e a natureza. Essa separação da unidade original ter-se-ia estabelecido com a alienação da essência humana (o homem e o seu trabalho) na sociedade de classe, sobretudo quando esta ter-se-ia tornado capitalista. Essa contradição teria, no entanto, se implantado como um processo onde a unidade cindida movia-se segundo um conflito de forças dialéticas que, no seu desenvolvimento histórico, findaria por fazer prevalecer a existência desalienada do homem nas suas relações entre si e com a natureza, como na sua fase original.

É evidente que Marx não admitia que, com essa sua concepção, a história da humanidade fosse apreendida como um processo teológico, pois as leis das transformações históricas da sociedade humana, deduzidas pelo materialismo histórico, eram para ele seguramente científicas.

O segundo posicionamento fundamenta-se não nessas conclusões marxistas, sobre o funcionamento e desenvolvimento histórico do capitalismo, mas sim naquilo que constitui a sua essência metodológica e científica. Nesse sentido, torna-se da maior importância considerar todo o grande esforço desenvolvido por Marx para demonstrar que as leis do movimento da vida social nada tinham de abstratas nem de invariáveis no tempo.

No interior do marxismo, não há espaço para conhecimento teórico-científico da realidade que não seja por ela ratificado. Desse modo, há de se concordar que qualquer conclusão marxista sobre o comportamento futuro do processo social da produção capitalista deve ser entendida como aquele conhecimento que a partir de uma dada realidade histórica é possível prescrever. Jamais aquilo que no plano histórico concreto necessariamente virá a acontecer.

Assim sendo, as idéias de Marx sobre o modo de ser e as transformações no futuro do capitalismo devem ser vistas como bem formuladas hipóteses sobre o advir histórico, e não como conclusões rigorosamente científicas a seu respeito. Como não podia deixar de ser, o processo histórico-concreto, com o seu indiscutível poder de sanção sobre o que é falso ou verdadeiro conhecimento, poderá vir a impor modificações às concepções *a priori* contidas nessas proposições ou até mesmo desautorizá-las. Com efeito, um conhecimento inspirado no materialismo não pode "brigar" com o real.

Finalmente, há que se convir que mesmo sabendo-se o método dialético empregado por Marx apropriado à sua análise científica da sociedade humana, isto não seria o bastante para isentar o conhecimento marxista de imperfeições, tanto nos seus propósitos científicos, como até mesmo, nos filosóficos. A partir desse questionamento, pode-se justificar pelo menos dois segmentos de análise crítica do marxismo.

Um interessante segmento é o que tem se voltado às idéias originais de Marx, discutindo a consistência lógica interna do seu discurso científico. Trabalhos dessa natureza, embora já vindo sendo feitos de longa data, de Bohm-Bawerk (1896) a Mário Possas (1982), ainda não esgotaram a temática. Por exemplo, não parece ainda muito bem elucidada a passagem do conteúdo lógico-teórico e abstrato à explica-

ção de importantes aspectos da realidade concreta do capitalismo, o que se apresenta como fundamental à validação, segundo um maior rigor científico, dos mais significativos conhecimentos teóricos do marxismo. Entre estes, as teorias do valor, da mais-valia e das contradições do processo social da produção capitalista, respectivamente como fundamentos explicativos dos preços, do lucro e das crises. Sem essa validação pelo processo histórico real, não se fecha o processo de criação do conhecimento marxista que, nesse caso, envolve também todo um conjunto de concepções filosóficas presentes no trabalho abstrato, expressão da existência alienada do homem e do seu trabalho.

Ainda que o conteúdo lógico-dialético das idéias de Marx resistisse à mais rigorosa crítica, dever-se-ia ter em mente que

ele representa um conhecimento que teve como objeto de investigação o capitalismo que vai até as primeiras décadas da segunda metade do século 19. Seria esse conhecimento apropriado para explicar o capitalismo na sua história recente?

Por esse caminho, destaca-se como um dos mais relevantes objetivos, empregando o método de Marx, buscar apreender as leis regedoras do capitalismo contemporâneo a partir da sua complexa realidade técnico-material, econômica, financeira, organizacional, social e política. Assim, poder-se-ia indagar até que ponto alcançariam essa realidade capitalista algumas das principais teorias de Marx, tais como a do valor e do capital e a das crises, de sorte a tornar sustentáveis suas conclusões filosóficas sobre o homem e o próprio modo de produção capitalista.

Referências Bibliográficas

- ALTHUSSER, L. *Posições*. Lisboa, Livros Horizontes, 1977.
- y BALIBAR, E. *Para leer El capital*. 11a. ed., México, Siglo Veintiuno Editores, S.A., 1974.
- BOHM-BAWERK, Eugen von. La Conclusión del Sistema de Marx. In: *Economía Burguesa y Economía Socialista*. Cuadernos de Pasado y Presente (49), México.
- CHEPTULIN, A. *A Dialética Materialista*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1982.
- COLLETTI, L. *Ultrapassando o Marxismo*. Rio de Janeiro, Forense Universitária Ltda., 1983.
- DOBB, M. *Teorias do Valor e Distribuição desde Adam Smith*. Lisboa, Editora Presença, 1977.

- GRAMSCI, A. *Quaderni del Carcere*. Turim, 1975.
- HEGEL, G. *A Fenomenologia do Espírito*. Edição Parcial, São Paulo, Abril Cultural, 1974 (Coleção Os Pensadores).
- *Ciência de la Lógica*. Buenos Aires, Solar/Hachutte, 1968.
- HILFERDING, R. *El Capital Financiero*. Madrid, Editorial Tecnos, 1973.
- KAUTSKY, K. *Ética y Concepción Materialista de la Historia*. Cuadernos de Pasado y Presente, (58), Buenos Aires, 1975.
- KUNTZ, R.N. *Capitalismo e Natureza*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- LENINE, W. *Os Cadernos sobre a Dialética de Hegel*. Lisboa, Minerva, 1975.

- LUKÁCS, G. *História e Consciência de Classe*. Porto, Publicações Escorpião, 1974.
- . *Ontologia do Ser Social*. São Paulo, Ciências Humanas, 1979.
- LUXEMBURGO, R. *A Acumulação de Capital*. São Paulo, Martins Fontes, 1977.
- MANDEL, E. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo, Abril Cultural, 1982 (Coleção Os Economistas).
- MARX, K. *O Capital*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, s.d., Livros I e III.
- . *Crítica da Filosofia Dialética e Geral de Hegel*. In: FROMM, E. *Conceito Marxista do Homem*. 7.^a ed., Rio de Janeiro, Zahar.
- . *Glosas Marginales al 'Tratado de Economía Política' de Adolph Wagner*. In: DOBB, Maurice y otros. *Estudios sobre el Capital I*. Buenos Aires, Signos, 1970.
- . *O Método na Economia Política*. Portugal, Manuel Rodrigues Xavier, 1974.
- . *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo, Martins Fontes, 1977.
- . *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política*. México, Siglo Veintiuno Editores, 1978.
- . *A Ideologia Alemã*. Lisboa, Editorial Presença, 1980, Vols. I e II.
- . *Manuscritos Econômicos-Filosóficos (Terceiro Manuscrito)*. São Paulo, Abril Cultural, 1978 (Coleção Os Pensadores).

- MARX, K. *Miséria da Filosofia*. São Paulo, Ciências Humanas, 1982.
- . *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo, Abril Cultural, 1982 (Coleção Os Economistas).
- . *Teoria da Mais-Valia*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980, Vol. I e São Paulo, DIFEL, 1983, vol. II.
- NAPOLEONI, C. *Smith, Ricardo, Marx*. Rio de Janeiro, Graal, s.d.
- PASINETTI, L. L. *Crescimento e Distribuição de Renda — Ensaio sobre Teoria Econômica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- POLARI, R. S. *Teoria do Valor e do Capital — Uma Análise Crítica*. In: *Relatório de Pesquisa*. João Pessoa, CME/UFPB, (no prelo).
- POSSAS, M. *Valor, Preço e Concorrência — Não é preciso começar tudo desde o início*. In: *Revista de Economia Política*, 2 (4): 73-79, out-dez. 1982.
- QUESNAY, F. *Quadro Econômico dos Fisiocratas*. São Paulo, Abril Cultural, 1983 (Coleção Os Economistas).
- RICARDO, D. *Princípios de Economia Política e de Tributação*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1978.
- SCHUMPETER, J. A. *História da Análise Econômica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1964.
- SMITH, A. *A Riqueza das Nações — Investigação sobre sua Natureza e suas Causas*. São Paulo, Abril Cultural, 1983 (Coleção Os Economistas).